

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: BNDES só negociará dívida após definição sobre futuro de Angra 3..... 2

Valor Econômico

Título: Sem estatais, setor privado vence leilão de transmissão 8

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: BNDES só negociará dívida após definição sobre futuro de Angra 3..... 2

Título: Futuro da usina depende de aumento da tarifa 2

Título: *Angra 3*: Uma obra à deriva e paralisada desde 2015..... 3

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....6

Título: Gigante chinesa avalia compra de áreas de eucalipto no País 6

VEÍCULO: Valor Econômico8

Título: Sem estatais, setor privado vence leilão de transmissão 8

Título: Gás “enriquece” cinco municípios no MA..... 10

Título: Longe do litoral, prefeituras querem royalties pela produção marítima 12

Título: Produção da Petrobras 13

Título: Neoenergia vai investir R\$ 1,9 bi em transmissão..... 14

Título: Petrobras empata com a Receita nas disputas fiscais 15

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: BNDES só negociará dívida após definição sobre futuro de Angra 3**

Banco cobra R\$ 30 milhões por mês da Eletronuclear de juros do empréstimo

O BNDES só voltará a negociar com a Eletronuclear o equacionamento de sua dívida de R\$ 2,6 bilhões quando tiver uma definição sobre o futuro da usina nuclear de Angra 3, segundo a diretora de Infraestrutura do banco, Marilene Ramos. Ela afirma que a Eletronuclear não pode culpar o BNDES por eventuais dificuldades financeiras para manter em operação as usinas de Angra 1 e 2. Desde setembro, o banco passou a cobrar o pagamento mensal de R\$ 30 milhões referente aos juros da dívida para a construção de Angra 3. O financiamento total foi de R\$ 6 bilhões, dos quais R\$ 2,6 bilhões foram liberados durante a construção da usina, que teve as obras paralisadas devido ao envolvimento em irregularidades reveladas na Operação Lava-Jato.

O presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, deve se reunir nesta semana com o ministro de **Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, para tratar do caso. Marilene Ramos explicou que o banco já prorrogou por duas vezes o pagamento dos juros, uma em julho do ano passado e que venceu em fevereiro de 2017. Foi então feita nova prorrogação que terminou em setembro: — A Eletronuclear tem falado que pode ficar sem recursos para pagar o combustível para Angra 1 e 2. O BNDES exerce seu direito e dever porque temos de zelar pelos recursos públicos. Quando o crédito foi dado, a Eletrobras deu seu aval. Nem os órgãos de controle nem o Banco Central permitem que continuemos a flexibilizar sem ter uma decisão do que vai acontecer com o projeto (Angra 3).

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Futuro da usina depende de aumento da tarifa**

Proposta é aumentar preço de R\$ 238 para R\$ 390 por MWh

Endividada e com obras paralisadas, Angra 3 não precisa apenas da entrada de um parceiro privado para viabilizar sua entrada em operação. A retomada do empreendimento, que começou a ser construído em 1984, depende de decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Um dos aspectos em

discussão é o aumento da tarifa da usina, fixada hoje em R\$ 238 o megawatt/hora (MWh), para R\$ 390. Ou seja, para tirar o projeto do papel é necessária uma decisão política, um sócio disposto a investir cerca de R\$ 13 bilhões e uma tarifa que é quase o dobro do estimado anteriormente.

PROBLEMAS FINANCEIROS

Além do impasse com o BNDES — que pode deixar a Eletronuclear sem recursos para pagar o combustível das usinas de Angra 1 e 2 no futuro, segundo declarações feitas recentemente pela empresa — há dívidas também com a Caixa Econômica Federal, que somam R\$ 2,8 bilhões. Com a paralisação das obras, os problemas financeiros estão se agravando. Daí a necessidade de intensificar as negociações com empresas parceiras em busca de um sócio privado. A Eletronuclear já assinou memorando de entendimentos visando a uma futura parceria com a empresa chinesa China National Nuclear Corporation (CNNC) e a russa Rosatom. Procurada, a Eletronuclear não retornou. ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: *Angra 3: Uma obra à deriva e paralisada desde 2015*

À espera de sócio privado, usina acumula dívidas, contratos abandonados e ‘trincas’ em equipamentos

A usina nuclear Angra 3 tem canteiros de obras cada vez mais vazios, uma progressão de contratos abandonados antes da conclusão, dívidas com fornecedores superiores ao que se tinha conhecimento até agora e “diversas trincas” em equipamentos fabricados para o empreendimento. Para tratar dessas falhas, foi criada uma força-tarefa para inspecionar o material importado. Mas até mesmo a iniciativa de ampliar a fiscalização corre risco de ser abandonada em razão das dificuldades financeiras e de pessoal para tocar Angra 3.

O diagnóstico inédito da usina, uma obra à deriva e paralisada desde outubro de 2015, está registrado em relatórios mensais de acompanhamento do empreendimento, de janeiro a outubro de 2017, obtidos pelo GLOBO por meio da Lei de Acesso à Informação. Os documentos são elaborados pela Diretoria Técnica da Eletronuclear, estatal responsável pela usina, um projeto investigado na Operação Lava-Jato. Os relatórios são considerados pela empresa como de acesso restrito, “por questões estratégicas e comerciais”, mas não sigilosos.

Com a interrupção das obras há mais de dois anos, as atividades em Angra 3 se resumem à conservação do que já foi edificado e à preservação de equipamentos. Os relatórios internos apontam gastos de R\$ 6,5 bilhões no projeto — o Tribunal de Contas da União (TCU) vê gastos de R\$ 8 bilhões até o momento. O orçamento total da usina, que tem execução de 50,6% de equipamentos e materiais, 14,7% de montagem eletromecânica e 11,2% de construção civil, é de R\$ 20,3 bilhões. Se encontrar parceiros internacionais para aportar dinheiro na usina, Angra 3 começaria a gerar energia somente em 2024, 54 anos depois do ato de outorga de 13 de julho de 1970 e 40 anos após o início das obras.

O relatório de acompanhamento do empreendimento referente a outubro registra que inspeções detectaram “diversos problemas com relação aos volumes fabricados pela empresa Nirotec, tanto relacionados à documentação quanto às peças propriamente ditas, nas quais foram identificadas diversas trincas”. Segundo o documento interno, a Areva — responsável pela fabricação de geradores elétricos da central termelétrica — fez contato com a Nirotec para “iniciar as ações e testes para analisar os casos”. “A pedido da Areva, sete peças foram enviadas para a Alemanha para testes em laboratórios, identificação da causa raiz dos problemas e encaminhamento de solução, dentro da garantia.”

Falta de recursos pode afetar força-tarefa

A Areva tomou iniciativas para investigar as causas das trincas, que podem estar associadas a problemas na fabricação ou a falhas no sistema de controle de qualidade, segundo o relatório de outubro. A descoberta do problema levou a Eletronuclear a montar uma força-tarefa para “acelerar as inspeções de recebimento nos volumes importados”, com previsão de 120 volumes inspecionados por mês, por três meses, a partir de dezembro. A estatal, porém, enxerga riscos na continuidade desta iniciativa: “Ressalta-se que as dificuldades financeiras e de pessoal pelas quais passa a empresa no momento podem colocar essa estratégia paliativa em risco”.

A presença de trabalhadores nos canteiros de obras, responsáveis por manutenção, caiu 37,5% de janeiro a outubro. No começo do ano, eram 229 de oito empresas. O número caiu a 143 contratados de quatro companhias. Duas empresas foram contratadas para fazer serviços de manutenção de equipamentos e edificações, como instalação de tenda para cobrir o edifício do reator e inspecionar o recebimento de equipamentos. Os contratos somam R\$ 14,3 milhões. Os documentos mostram que dez contratos no valor de R\$ 926 milhões foram encerrados, suspensos ou anulados nos últimos cinco meses, alguns com execução inferior a 15%. São contratos com empresas responsáveis, por exemplo, pela fiscalização de serviços de montagem eletromecânica e de obras civis.

“Atendendo demanda do Conselho de Administração, a Eletronuclear está providenciando a contratação de uma auditoria complementar, independente, para verificação de eventuais irregularidades nos processos de contratação e execução dos serviços com as empresas AF Consult, Engevix, Ductor, Concremat e Arcadis Logos”, cita o relatório de outubro. Os contratos interrompidos com esses empreendimentos somam R\$ 681,2 milhões.

A paralisação das obras de Angra 3 ocorreu três meses depois da prisão do então presidente da Eletronuclear, Othon Pinheiro da Silva, numa das fases da Operação Lava-Jato. Ele já foi condenado em primeira instância pela Justiça Federal a 43 anos de prisão por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e organização criminosa. O almirante da Marinha está em prisão domiciliar. Cartéis de empreiteiras que faziaram contratos de obras bilionárias da Petrobras fizeram o mesmo com contratos de Angra 3, o que colocou o empreendimento na mira da Lava-Jato.

O TCU recomendou pelo segundo ano consecutivo a paralisação de obras da usina, em razão de graves irregularidades detectadas no empreendimento. A recomendação integra o relatório consolidado sobre fiscalizações de obras (Fiscobras) de 2017, procedimento anual que inclui diversas auditorias e que é submetido à deliberação da Comissão Mista de Orçamento do Congresso. O Parlamento concordou com o TCU e incluiu o bloqueio de repasses na proposta orçamentária para 2018.

Em março, o tribunal declarou a inidoneidade de quatro empresas — Queiroz Galvão, Empresa Brasileira de Engenharia, Techint e UTC — por fraudes em licitações de Angra 3. Para outras três empreiteiras — Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez —, o TCU “sobrestou” (suspendeu) a punição, em razão de acordos de leniência com o Ministério Público Federal (MPF). Um único processo aponta superfaturamento de R\$ 1,2 bilhão em contratos.

Em meio a essas incontáveis contestações sobre a regularidade das licitações e repasses às empresas contratadas, Angra 3 acumula dívidas com seus fornecedores nacionais. O último relatório mensal obtido pelo GLOBO, de outubro, revela um valor superior ao que seus gestores costumam dizer publicamente. Há mais de 90 dias, a Eletronuclear não paga R\$ 220,7 milhões a fornecedores nacionais. Do total, R\$ 179,3 milhões são pagamentos em aberto em “estado contencioso”, ou seja, com contestação judicial, disputa ou conflito de interesses.

Angra 3 tem dívidas com a Prefeitura de Paraty, referente a um convênio, de R\$ 16,3 milhões. Empreiteiras investigadas na Lava-Jato são credoras, mas, neste caso, em “estado contencioso”. Estão em aberto pagamentos de R\$ 35 milhões à Andrade Gutierrez, de R\$ 12,1 milhões à Engevix e de R\$ 65,8 milhões ao

consórcio Angramon, formado pelas principais empreiteiras investigadas na operação.

Empresas da França, Rússia e China na mira

O relatório de outubro mostra um avanço na busca por parceiros internacionais, estratégia considerada a única possível para a retomada das obras da usina. A francesa EDF, atual proprietária da Areva, assinou um termo de confidencialidade com a Eletrobras, a Eletronuclear e a japonesa Mitsubishi Heavy Metals, com quem busca eventual financiamento. Antes, a mesma EDF havia informado que, em razão de investimentos em outras usinas nucleares, não tinha interesse em ser sócia de Angra 3.

Já a estatal chinesa CNNC é tida como “um dos parceiros mais promissores”, com a formalização de um memorando de entendimento. Memorando semelhante “está pronto para assinatura” com a russa Rosatom. “Em outubro de 2017 a Rosatom enviou uma proposta de parceria para início de discussão”, cita o documento interno. Em outubro, a Eletronuclear assinou dois contratos, um com a consultoria Alvarez & Marsal e outro com o escritório de advocacia Veirano, com o propósito de estruturar as condições para as parcerias internacionais.

A privatização da Eletrobras não incluirá a Eletronuclear, por vedação constitucional. O projeto de lei que detalha a venda da Eletrobras prevê a criação de uma estatal para controlar a Eletronuclear e a hidrelétrica de Itaipu, como revelou O GLOBO em 22 de novembro. A eventual entrada de um parceiro internacional deverá garantir que a Eletronuclear seja majoritária, de forma que não haja “contestação de constitucionalidade”, como consta no relatório de acompanhamento do empreendimento. “A Eletronuclear é delegada pela União para operação e manutenção de usinas nucleares no Brasil. A situação atual do empreendimento aponta altos valores a serem ainda investidos que não têm origem ou financiamento definido ou assegurado”, diz.

Na tarde da última quinta-feira, O GLOBO enviou sete perguntas à assessoria de imprensa da Eletronuclear, relacionadas ao conteúdo dos relatórios de acompanhamento do empreendimento. Na noite de sexta, a assessoria informou que não haveria respostas aos questionamentos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Gigante chinesa avalia compra de áreas de eucalipto no País

Florestas. China Forestry Group Corporation negocia 230 mil hectares em ativos florestais da Vallourec, que também pôs à venda a mina Pau Branco; diante da restrição de compra de terras por estrangeiros, estatal analisa parceria com grupo local ou aquisição apenas da produção

A siderúrgica francesa Vallourec, que produz tubos de aços, colocou à venda fazendas com plantação de eucalipto em Minas Gerais que somam 230 mil hectares. Os ativos florestais são avaliados entre US\$ 600 milhões e US\$ 700 milhões e atraíram investidores locais e estrangeiros, entre eles a gigante China Forestry Group Corporation (CFGC), apurou o 'Estado'.

A estatal chinesa, que contratou o banco Modal como assessor financeiro, ainda não definiu como vai estruturar a operação, uma vez que o Brasil tem restrição à entrada de investidores estrangeiros desde 2010, após decisão da Advocacia Geral da União (AGU), que proibiu grupos internacionais de adquirir o controle de propriedades agrícolas.

O projeto de lei que libera a compra de terras por estrangeiros, desde que em sociedade com empresas brasileiras, está parado na Câmara após as delações dos irmãos Batista (donos da JBS) virem à tona. Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), relator do projeto na Câmara, disse que vai tentar uma nova frente no Senado para aprovar o projeto, que prevê maior flexibilização de investimentos de fora no País.

Diante desse impasse, fontes a par das negociações que envolvem a Vallourec afirmaram que o grupo chinês avalia se faz parceria com um grupo brasileiro para comprar as florestas ou se ficará com apenas com a produção de eucaliptos. A Vallourec é assessorada pelo banco Moelis. Outras empresas nacionais, como a Suzano, e investidores canadenses, teriam olhado o negócio, mas não foram adiante, segundo fontes.

Procurados, Modal e Moelis não comentaram. A CFGC não retornou os pedidos de entrevista e a Suzano informou que não comenta rumores de mercado. A Vallourec não confirma a negociação. As propriedades agrícolas da Vallourec estão espalhadas por Minas. A francesa utiliza a madeira para a queima para a produção de carvão vegetal nas suas usinas.

Mas, com a crise global das siderúrgicas, a partir de 2015, a Vallourec anunciou uma reestruturação internacional de seus negócios. No Brasil, o grupo desligou em 2016 dois de seus três altos-fornos – de Barreiro e Jeceaba, ambas em Minas. O Estado de Minas concentra cerca de 30% das propriedades florestais do País, mas os ativos não têm preços competitivos por conta da logística.

No fim de 2016, a Suzano comprou as áreas florestais que somam 70 mil hectares, do grupo Queiroz Galvão no Maranhão e Tocantins. Maior produtor de celulose do mundo, o País tem condições de atrair investimentos superiores a US\$ 50 bilhões nos próximos anos, disse o advogado Aldo De Cresci, secretário da Frente Parlamentar da Silvicultura.

Mina à venda.

Além das florestas, a Vallourec contratou o BTG para tentar vender sua mina – a Pau Branco, em Minas, avaliada em US\$ 500 milhões, segundo fontes. A suíça Trafigura, ArcelorMittal e a Vale são apontadas como interessadas. A Trafigura e ArcelorMittal não comentam. A Vale nega o interesse e a Vallourec não confirma a negociação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia, Rodrigo Rocha e Rodrigo Polito

Título: Sem estatais, setor privado vence leilão de transmissão

A combinação das melhores taxas de retorno oferecidas e o custo de capital barato no exterior garantiu o sucesso do leilão de transmissão de sexta-feira, quando foram contratados, segundo as estimativas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), R\$ 8,7 bilhões em investimentos. Pela primeira vez, desde 2000, o governo conseguiu licitar todos os lotes ofertados sem que os compradores envolvessem empresas estatais.

Foram onze lotes arrematados, com deságio médio de 40,46% em relação à receita anula permitida (RAP) máxima estabelecida.

Das 47 empresas ou consórcios inscritos para o certame, a única estatal era a Cope I, que tentou, em parceria com a Cteep, arrematar um lote de 1.146 quilômetros no Paraná. O consórcio, porém, perdeu para a franco-belga Engie, que finalmente fez sua primeira grande aquisição no segmento de transmissão de energia no país. Todos os investidores restantes eram do setor privado.

Se os leilões dos dois principais linhões da usina de Belo Monte, que envolveram apenas um lote cada um, forem desconsiderados, essa é a primeira vez que todos os lotes oferecidos são arrematados em um certame. Analisando as participações das empresas estatais, é a primeira vez em que todos os lotes são arrematados por companhias privadas desde 2000.

Dessa vez, a competição foi acentuada. Em média, houve 14 ofertas por lote, e seis deles tiveram disputas no pregão viva-voz.

A Engie foi destaque, ao arrematar o Lote 1 com deságio de 34,8% em relação à RAP máxima de R\$ 231,725 milhões. O empreendimento inclui oito linhas de transmissão no Paraná, com extensão de 1,146 mil km. O investimento estimado pela Aneel é de R\$ 2,017 bilhões e o prazo de construção fixado no edital é de 60 meses.

Ao Valor, o presidente da companhia, Eduardo Sattamini, disse que a empresa pretende reduzir o investimento e antecipar o prazo de construção. Essa, explicou Sattamini, é a equação que permitiu a companhia vencer a licitação. O executivo não revelou em quanto pretende reduzir o capex e o tempo de implantação das linhas.

"Trabalhamos fortemente com empresas de construção e fornecedores de equipamentos para ter um capex competitivo. Essa era uma das grandes componentes da nossa competitividade", afirmou.

Outros ativos importantes, em termos de investimento e também do sistema elétrico, eram os dois conjuntos de linhas de transmissão que vão ajudar a escoar a energia gerada em Belo Monte, no rio Xingu (PA).

A chinesa State Grid, que é concessionária dos dois principais linhões de Belo Monte, chegou a fazer lances, mas não venceu a agressividade dos outros proponentes. A indiana Sterlite ficou com o Lote 3, ao oferecer RAP de R\$ 313,1 milhões, deságio de 35,72%. O investimento estimado pela Aneel é de R\$ 2,78 bilhões.

O Lote 4, que também tem relação com o escoamento de Belo Monte, ficou com a Neoenergia, com desconto de 46,62% ante a RAP de R\$ 236,1 milhões, e se comprometeu a fazer investimento de R\$ 1,34 bilhão. A companhia acabou ficando também com o Lote 6, com deságio de 44,56% ante a RAP de 103,41 milhões. O investimento, nesse caso, é de R\$ 584 milhões.

Os altos deságios observados no leilão são um indicador do sucesso e da competitividade do certamente, que tem estimulado os investimentos, de acordo com a análise do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ. "O investidor que está dando esse deságio sabe que tem condição de estruturar o negócio", disse o coordenador do grupo, Nivalde de Castro.

Segundo ele, a alta atratividade observada no leilão de sexta-feira se deve à calibragem que a agência fez ao elevar a rentabilidade dos projetos. Outro ponto positivo, destacou, é o prazo maior para a construção das linhas, o que reduz riscos.

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso, também celebrou os deságios observados no certame. Segundo ele, as taxas de

desconto indicaram que a sinalização econômica correta foi fundamental para induzir a competição e que os vencedores fizeram uma boa engenharia financeira, "mostrando adaptação ao atual ambiente de financiabilidade".

Para um especialista que não quis se identificar, no entanto, os descontos muito elevados podem se tornar motivo de preocupação, justificando uma maior atenção do regulador sobre isso.

Questionados sobre isso durante entrevista coletiva concedida após a disputa, representantes do Ministério de Minas e Energia (MME) disseram não ver risco de fracasso no desenvolvimento das linhas leiloadas. Para Fábio Lopes Alves, secretário de Energia Elétrica, as empresas vencedoras dos lotes com maior nível de investimento são de grande porte, o que dá segurança para o governo.

"Quem entrou foram empreendedores tradicionais do mercado e entregadores de obras, se fizermos uma análise dos principais vencedores desses lotes maiores não nos causa preocupação", afirmou Alves. "É muito pouco provável que haja uma 'maldição do vencedor' nesse caso", disse o secretário de desenvolvimento energético da pasta, Eduardo Azevedo, também presente na entrevista.

Com relação aos lotes menores, os representantes do MME elogiaram a entrada de novas companhias na disputa. Dos 47 interessados, 14 são novos entrantes, sendo três estrangeiros. Nos vitoriosos, foram cinco lotes, com quatro novos entrantes.

O sucesso no leilão vai ajudar também a melhorar a segurança no sistema elétrico nacional (SIN). Segundo Barroso, os ativos licitados aumentarão a capacidade de interligação entre as regiões do país e possibilitarão o escoamento de energia de projetos de geração de energias renováveis. "Os ativos licitados são fundamentais para o planejamento pois aumentam a capacidade de interligação entre regiões, aumentam a confiabilidade e permitem o escoamento da produção de renováveis", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner

Título: Gás "enriquece" cinco municípios no MA

Não foi a "meia Bolívia" prometida pelo empresário Eike Batista, mas o gás descoberto na Bacia do Parnaíba pela antiga OGX Maranhão, hoje controlada pela Eneva, está levando riqueza para municípios muito pobres do Maranhão. A

produção de gás pela Eneva começou no campo Gavião Real, e hoje a empresa também produz em Gavião Vermelho, Gavião Branco, Gavião Preto, Gavião Azul e Gavião Caboclo.

A primeira cidade beneficiada foi Santo Antônio dos Lopes, local da primeira descoberta. Em seguida vieram as cidades de Lima Campos, Capinzal do Norte, Trizidela do Vale e Pedreiras.

Os cinco municípios já receberam R\$ 83,6 milhões em royalties desde 2013. O modelo de negócios adotado pela Eneva é o primeiro no Brasil em que o gás produzido em terra é transferido dos poços por uma rede de 153 quilômetros de gasodutos. Antes de chegar até as turbinas de quatro termelétricas em Santo Antônio dos Lopes capazes de gerar 1,4 gigawatts de energia o gás passa por uma Unidade de Tratamento de Gás (UTG) que limpa o combustível. Essa instalação garante também o pagamento dos royalties devidos a municípios que sofrem impacto direto da produção.

Na operação da Eneva o gás ainda é usado na sua quase totalidade pela própria empresa. O modelo "gas to wire" na Bacia do Parnaíba foi tão bem-sucedido que existem hoje mais de 20 blocos adquiridos pela Parnaíba Gás Natural (Eneva), Petrobras, Galp, Ouro Preto e Vipetro, que estão em fase exploratória na Bacia do Parnaíba. A Eneva quer repetir o modelo na Amazônia, onde comprou da Petrobras o campo de Azulão.

O município mais beneficiado pelos investimentos de aproximadamente R\$ 7,7 bilhões feitos pela Eneva é Santo Antônio dos Lopes, o único a receber royalties até 2016. De 2013 até outubro, foram destinados ao município R\$ 64,567 milhões em royalties. A soma não inclui a arrecadação com o Imposto Sobre Serviços (ISS) incidente sobre a contratação de serviços como perfuração e montagem das unidades, e nem repasses do ICMS.

Não por acaso, o PIB per capita do município foi de R\$ 65.485,25 em 2015, segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi mais que o dobro do PIB per capita de São Luis, a capital, que foi de R\$ 24.986,18 no mesmo ano tendo uma população de quase 1,1 milhão de habitantes contra os 14.253 moradores da pequena Santo Antônio dos Lopes.

A produção de gás na Bacia do Parnaíba faz com que o município tenha a melhor média salarial para os trabalhadores do mercado formal, com 3,5 salários mínimos, segundo dados do IBGE, entre os 217 municípios maranhenses.

Apesar do aumento das receitas, Santo Antônio dos Lopes ainda mostra os sinais de pobreza típicos do interior do Brasil. A vizinha Lima Campos recebeu R\$ 3 milhões em royalties no ano passado e R\$ 4,2 milhões até outubro deste ano.

Quando os recursos começaram a serem pagos em 2016 e o prefeito criou um Fundo gerido pelo Banco da Amazônia onde parte dos recursos obtidos com royalties foram aplicados.

"O que eu precisava ia pegando. Mas em função dessa crise esse fundo se esgotou. O dinheiro era aplicado em saúde, por exemplo, com o pagamento da folha de médicos e plantonistas", afirma Jaílson Fausto Alves, prefeito de Lima Campos.

O município, que antes tinha como única fonte de recursos o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), está usando o dinheiro do gás para fazer outras benfeitorias além de pagar funcionários. Alves afirma que desde que a prefeitura começou a receber royalties ele deu "uma melhorada na infraestrutura da cidade".

O prefeito cita a pavimentação asfáltica de 15 dos 18 povoados que ficam na zona rural e ganharam além do asfalto, meio fio e sarjeta. Mas ainda faltam saneamento básico e poços artesianos, já que o acesso à água potável é um problema na região.

Alves diz que já foram perfurados poços em três povoados com recurso dos royalties. O custo de um poço na região é alto, de R\$ 400 mil a R\$ 600 mil, o que inclui perfuração, preenchimento do poço e distribuição. Segundo o prefeito, o valor é explicado pela necessidade de perfurar no mínimo 300 metros para alcançar o lençol freático.

O dinheiro também foi usado pela prefeitura de Lima Campos para climatizar seis novos postos de saúde que foram construídos com recursos do governo federal. Com isso a cidade passou a ter 11 postos de saúde que funcionam com médicos e dentistas, pagos com dinheiro dos royalties.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner

Título: Longe do litoral, prefeituras querem royalties pela produção marítima

Os municípios beneficiados pela produção de gás no interior do Maranhão importaram o modelo de judicialização do setor. Cinco municípios do Maranhão entraram com ações na Justiça para ter direito a receber royalties pela parte marítima da produção de gás. O primeiro a entrar com a ação foi Santo Antônio dos Lopes, distante cerca de 300 quilômetros de São Luis.

O município entrou com ação contra a Agência Nacional do Petróleo (ANP) em 2016 alegando que não recebia "a devida parcela relativa à produção marítima a que faz jus por possuir instalação de embarque e de desembarque de petróleo e gás natural de origem nacional".

No pedido, o município menciona a Lei 7.990/89 e o Decreto 01/1991. Os novos critérios para distribuição de royalties foram definidos pela Lei 12.734 de 2012, objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade.

Em outubro, Santo Antônio dos Lopes recebeu R\$ 533.89 mil de royalties por instalação marítima. O mesmo valor foi recebido por Capinzal do Norte, Pedreiras e Trizidela do Vale. Já a cidade de Lima Campos, onde existe uma estação de tratamento de gás, recebeu R\$ 172,48 mil de royalties atribuídos a instalações marítimas.

A área jurídica da ANP não se manifestou. A agência reguladora informou que obedece às decisões judiciais e que tem recorrido contra as liminares.

"Existem atualmente inúmeros municípios que movimentam apenas a produção terrestre e ganharam na Justiça Federal também o direito de receber pela movimentação marítima. Nesses casos, a Justiça Federal entende que, se um município recebe pela movimentação terrestre, deve também receber pela movimentação marítima, mesmo que a instalação não movimente a produção marítima", informou a ANP em nota.

O prefeito de Santo Antônio dos Lopes, Emanuel Lima de Oliveira, não respondeu aos pedidos de entrevista. Seu antecessor, Eunélio Macedo Mendonça, responde a uma ação civil de improbidade administrativa. Em uma das fiscalizações feitas no município, a Controladoria Geral da União (CGU) encontrou irregularidades como gastos com combustíveis sem comprovação de que estarem relacionados à educação básica, reformas em escolas sem comprovação da execução das obras e superfaturamento de contratos que correspondem a cerca de R\$ 4,85 milhões.

A mulher de Eunélio, Ana de Nazaré Pereira Silva Macedo Mendonça, foi eleita deputada estadual com o terceiro maior número de votos nas eleições de 2014. Conhecida como "Ana do Gás", ela se elegeu pelo PRB mas mudou para o PCdoB, do governador do Estado, Flávio Dino.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Destaques

Autor:

Título: Produção da Petrobras

A produção nacional de petróleo da Petrobras alcançou 2,13 milhões de barris diários (b/d) em novembro, queda de 1,5% em relação ao volume de outubro. Na mesma base comparativa, a produção nacional de gás natural caiu 2,3%, para 78,4 milhões de metros cúbicos diários. De acordo com comunicado da petroleira, a queda na produção de petróleo foi motivada pela parada programada para manutenção do FPSO Cidade de Niterói, que opera no campo de Marlim Leste, na Bacia de Campos. Já a redução no volume de gás natural ocorreu por conta da manutenção no sistema de compressão nos campos do Amazonas e também pela parada em Niterói. Segundo a empresa, a produção total de óleo e gás, no Brasil e exterior, somou 2,77 milhões de barris de óleo equivalente diários (BOE/d) em novembro, queda de 1,8% sobre outubro. Do total, 2,62 milhões de BOE/d foi no Brasil e 99 mil BOE/d, no exterior.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Neoenergia vai investir R\$ 1,9 bi em transmissão

O cancelamento da oferta pública de ações (IPO, na sigla em inglês) na última semana não afetou os planos da Neoenergia de crescimento no país. Um dia após confirmar a desistência da operação, a companhia, controlada pela espanhola Iberdrola, o Banco do Brasil e o fundo de pensão dos funcionários da instituição financeira (Previ), venceu a concessão de dois lotes de linhas de transmissão, em leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que somam um mil quilômetros e exigem investimentos estimados pela agência reguladora de R\$ 1,929 bilhão.

Além disso, o Valor apurou que a companhia planeja participar dos leilões de contratação de energia de novos empreendimentos marcados para esta semana, principalmente com projetos de energia eólica. Os leilões são o "A-4", hoje, e o "A-6", na quarta-feira, que contratarão energia para início de fornecimento em 2021 e 2023, respectivamente.

Nos primeiros nove meses do ano, a Neoenergia havia contabilizado investimentos de R\$ 2,7 bilhões no país, sendo 85% em distribuição e 15% em geração, transmissão e outras áreas. A empresa possui 4 mil megawatts (MW) de capacidade instalada em ativos em operação ou em implantação, com destaque para a fatia de 10% na Norte Energia, empresa responsável pela hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), que terá 11,233 mil MW.

A Neoenergia possui ainda 679 km de extensão de linhas de transmissão e atende 13,4 milhões de clientes em quatro distribuidoras: Celpe (PE), Coelba (BA), Cosern (RN) e Elektro (SP/MS).

Neste ano, a Iberdrola, principal acionista, fez duas importantes movimentações, buscando uma estruturação estratégica para fazer frente aos chineses na competição por investimentos no Brasil, em aquisições ou leilões. Em junho, a companhia realizou a incorporação da Elektro, que era 100% Iberdrola, pela Neoenergia. Com o negócio, a Iberdrola ampliou sua participação na Neoenergia, para 52,45%. Previ ficou com 38,2% e o Banco do Brasil, com 9,35%.

O segundo passo estratégico foi a eleição de Ignacio Galán, presidente mundial da Iberdrola, para a presidência do conselho de administração da Neoenergia, em setembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Beatriz Olivon

Título: Petrobras empata com a Receita nas disputas fiscais

A Petrobras deve terminar o ano empatada com a Receita Federal. A companhia obteve decisões favoráveis em quatro processos nas esferas administrativa e judicial, que somam R\$ 16,3 bilhões. E perdeu em seis, em um total de R\$ 16,4 bilhões. O levantamento foi realizado com base nas discussões indicadas no Formulário de Referência de 2016. Nenhum dos julgados é definitivo. Cabem recursos.

O valor total em tramitação, porém, é bem superior. Nas esferas administrativa e judicial, a companhia tem processos fiscais que somam R\$ 144 bilhões - quatro vezes o valor discutido em processos cíveis, trabalhistas e ambientais juntos. Só cinco teses, discutidas em 22 processos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), estão estimadas em R\$ 77,7 bilhões.

O levantamento feito pelo Valor não considera decisões em embargos de declaração - em que não há julgamento de mérito - nem processos que não são abertos para consulta, como os que ainda estão nas delegacias regionais de julgamento da Receita Federal.

No Carf, o saldo foi positivo para a Petrobras este ano. Venceu em três processos (R\$ 14,4 bilhões no total), perdeu em outros três (R\$ 5,2 bilhões) e obteve um precedente importante, que lhe permitirá recorrer à Câmara Superior - última instância do tribunal administrativo. Envolve a principal discussão: a forma de tributação dos contratos de afretamento (aluguel) de plataformas petrolíferas.

Na Justiça, a situação é inversa. Decisões de primeira instância e do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região mantém cobranças que somam R\$ 11,2 bilhões. A decisão favorável à empresa é de R\$ 1,9 bilhão.

O processo de maior valor foi julgado pelo TRF e também envolve afretamento de plataformas petrolíferas. O valor cobrado, de R\$ 8,8 bilhões, refere-se ao Imposto de Renda (IRRF) entre 1999 e 2002 sobre remessas efetuadas ao exterior para pagamento de aluguel. Na época, a empresa informou em comunicado ao mercado que recorreria da decisão.

Como as decisões não são definitivas, não há grande possibilidade de afetarem o resultado da companhia, segundo a professora Vanessa Rahal Canado, da FGV de São Paulo. "Nas ações judiciais, exceto se estiverem no STJ ou STF, a chance de afetar está longe", diz. Ao longo do caminho, as empresas ainda podem esbarrar em um programa de parcelamento de débitos.

De acordo com Vanessa, o passivo tributário das grandes empresas é naturalmente alto devido à elevada carga tributária, aplicada sobre altos resultados. Além disso, a Receita decidiu privilegiar a fiscalização de grandes negócios. E, no caso da Petrobras, somam-se especificidades do setor. "Em atividades muito específicas sempre há dúvida de interpretação de leis", afirma.

Apesar de mais antigas e de valores mais elevados, as disputas tributárias da Petrobras não devem ter o mesmo impacto nos cofres da empresa que uma prática bem mais recente: a devolução de valores nos acordos de colaboração celebrados na Operação Lava-Jato. Os acordos garantiram este ano R\$ 813,9 milhões. Desde 2015, R\$ 1,47 bilhão.

Na área tributária, não há acordo. Geralmente, os processos têm início nas delegacias regionais de julgamento e são levados ao Carf, onde são julgados em duas instâncias. Em caso de derrota, o contribuinte pode iniciar um longo trajeto pelo Judiciário, da primeira instância até o Supremo Tribunal Federal (STF), podendo passar pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Contudo, os custos que a Lava-Jato pode ter para a Petrobras ainda são nebulosos. A própria companhia afirma na descrição de fatores de risco apresentada no Formulário de Referência que não pode fornecer uma estimativa segura de potencial perda em uma "class action" movida nos Estados Unidos e também em ações individuais que não estão provisionadas.

"As pretensões formuladas são amplas, abrangem vários anos, envolvem uma diversidade de atividades e, em particular, os argumentos dos autores na class action e nas ações individuais acerca do valor dos danos alegados são variados,

fazendo com que, na fase atual, o impacto sobre o curso dos litígios seja complexo e incerto", afirma a Petrobras.

Além desses processos, a Petrobras é reconhecida pelas autoridades na Lava-Jato como vítima dos atos revelados pela operação, e tem processos contra empresas e pessoas que causaram danos financeiros e à sua imagem, incluindo ex-funcionários e políticos. Há ainda 13 ações de improbidade em andamento em que a Petrobras é coautora junto com o Ministério Público Federal e a União, além de 43 ações penais em que é assistente de acusação.

Procurada pelo Valor, a Petrobras preferiu não comentar as decisões e processos em andamento.

MME / ASCOM .